

Prevenção e Promoção de Saúde 9



Benedito Rodrigues da Silva Neto
(Organizador)

Prevenção e Promoção de Saúde 9



Benedito Rodrigues da Silva Neto
(Organizador)

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P944	Prevenção e promoção de saúde 9 [recurso eletrônico] / Organizador Benedito Rodrigues da Silva Neto. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Prevenção e promoção de saúde; v. 9) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-841-0 DOI 10.22533/at.ed.410191812 1. Política de saúde. 2. Saúde pública. I. Silva Neto, Benedito Rodrigues da. II. Série. CDD 362.1
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A coleção “Prevenção e Promoção de Saúde” é uma obra composta de onze volumes que apresenta de forma multidisciplinar artigos e trabalhos desenvolvidos em todo o território nacional estruturados de forma a oferecer ao leitor conhecimentos nos diversos campos da prevenção como educação, epidemiologia e novas tecnologias, assim como no aspecto da promoção à saúde girando em torno da saúde física e mental, das pesquisas básicas e das áreas fundamentais da promoções tais como a medicina, enfermagem dentre outras.

Neste volume congregamos trabalhos e estudos sob o âmbito da infectologia, especialidade que se ocupa em estudar as doenças causadas por diversos patógenos como vírus, bactérias, protozoários, fungos e animais. Nos dias atuais o profissional da saúde no contexto da infectologia precisa entender o paciente dentro de sua inserção social e epidemiológica, compreendendo a doença como um todo. Para isso é necessário estudar a complexa relação parasita-hospedeiro, mecanismos de inflamação, sepse, resistência microbiana, uso adequado de medicamentos e seus eventos adversos. Assim este volume ao trabalhar esses conceitos oferecerá ao leitor embasamento teórico e científico para fundamentar seus conhecimentos na área.

Deste modo, a coleção “Prevenção e Promoção de Saúde” apresenta uma teoria bem fundamentada seja nas revisões, estudos de caso ou nos resultados práticos obtidos pelos pesquisadores, técnicos, docentes e discentes que desenvolveram seus trabalhos aqui apresentados. Ressaltamos mais uma vez o quão importante é a divulgação científica para o avanço da educação, e a Atena Editora torna esse processo acessível oferecendo uma plataforma consolidada e confiável para que diversos pesquisadores exponham e divulguem seus resultados.

Benedito Rodrigues da Silva Neto

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AOS PACIENTES PORTADORES DE HEPATITE C NO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA/RS	
Mariana Balhego Rocha	
Mariana Ilha Ziolkowski	
Raqueli Altamiranda Bittencourt	
Luciane Dias Quintana	
Cláudio Oltramari Conte	
Natalia Bidinotto Zanini	
Sandro Alex Evaldt	
Eduardo André Bender	
DOI 10.22533/at.ed.4101918121	
CAPÍTULO 2	5
ESTRUTURAÇÃO DE UM SERVIÇO DE CONTROLE DE INFECÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO HOSPITALAR	
Daiane Cristina Prestes	
Cíntia Cristina Oliveski	
Geovana Oliveira Anschau	
Joise Wottrich	
Graziele de Almeida Oliveira Lizzott	
Neiva Claudete Brondani Machado	
DOI 10.22533/at.ed.4101918122	
CAPÍTULO 3	16
ESTUDO SOBRE MICOSES SUPERFICIAIS EM ALUNOS DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA (UNAMA) BELEM/PA, 2018	
Lucas Michel Campos Magaieski	
Laryssa Rochelle da Silva Moreira	
Dirceu Costa dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4101918123	
CAPÍTULO 4	24
FATORES ASSOCIADOS À OCORRÊNCIA DE PARASITÓSES INTESTINAIS EM CRIANÇAS DE UMA CRECHE DO MARANHÃO	
Suélly Mayara Rodrigues da Fonseca	
Anderson Araújo Corrêa	
Gizelia Araújo Cunha	
Adriana Torres dos Santos	
Dheymi Wilma Ramos Silva	
Francisca Natália Alves Pinheiro	
Otoniel Damasceno Sousa	
Jairina Nunes Chaves	
Nathallya Castro Monteiro Alves	
Rayana Gonçalves de Brito	
Ana Carolina Rodrigues da Silva	
Shayenne de Amorim Teles	
DOI 10.22533/at.ed.4101918124	

CAPÍTULO 5 37

GESTANTES PORTADORAS DO VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA (HIV): PREVENÇÃO, TRANSMISSÃO VERTICAL E TRATAMENTO

Erivan de Souza Oliveira
Marcela Feitosa Matos
Thayná Ribeiro de Almeida
Daniela Vasconcelos de Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.4101918125

CAPÍTULO 6 43

HIV: A IMPORTÂNCIA DA TERAPIA ANTIRRETROVIRAL

Lenara Pereira Mota
Layla Neice Rocha Campos
Izabella Cardoso Lima
José de Siqueira Amorim Júnior
João Marcos Carvalho Silva
Francisco Josivandro Chaves de Oliveira
Nadia Maia Pereira
Rafael Everton Assunção Ribeiro da Costa
Mayane de Sousa Camarço da Silva
Valéria Moura de Carvalho
Jenifer Aragão Costa
Bruno Guilherme da Silva Lima
João Pedro da Silva Franco
Amanda Nyanne Evangelista Barbosa
André dos Santos Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.4101918126

CAPÍTULO 7 50

INFECÇÃO PELO VÍRUS DA HEPATITE E

Vivianne de Oliveira Landgraf de Castro
Sabrina Moreira dos Santos Weis-Torres
Ana Rita Coimbra Motta-Castro

DOI 10.22533/at.ed.4101918127

CAPÍTULO 8 80

PARASITAS INTESTINAIS E O DESEMPENHO ESCOLAR DE ALUNOS DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM TERESINA, PIAUÍ

Karine Gabrielle Alves Sobrinho
Camila de Carvalho Chaves
Adayane Vieira Silva
Jossuely Rocha Mendes
Vanessa Gomes de Moura
Maria Aparecida Rocha Vitória Guimarães
Manoel de Jesus Marques da Silva
Rômulo Oliveira Barros
Marcelo Cardoso da Silva Ventura
Elaine Ferreira do Nascimento
Jurecir da Silva
Marlúcia da Silva Bezerra Lacerda

DOI 10.22533/at.ed.4101918128

CAPÍTULO 9 92

PERFIL DE PACIENTES ATENDIDOS COMO CASOS SUSPEITOS DE SÍNDROME RESPIRATÓRIA AGUDA GRAVE, SARAMPO E COQUELUCHE

Jéssica Emanuela Mendes Morato
Isabô Ângelo Beserra
Maria Isabelle Barbosa da Silva Brito
Betyna Manso Costa
Amanda Stepple de Aquino
Maria Eduarda Rufino Ribeiro
Isabel Cristina Ramos Vieira Santos
Maria Beatriz Araújo Silva

DOI 10.22533/at.ed.4101918129

CAPÍTULO 10 101

PERFIL MICROBIOLÓGICO DE HEMOCULTURAS DE PACIENTES ATENDIDOS NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DE MARINGÁ

Lívia Cristina Macedo
Mirian Nicea Zarpellon
Bruno Buranello Costa
Daniela Dambroso Altafini
Cecília Saori Mitsugui
Nathalie Kira Tamura
Elizabeth Eyko Aoki
Rafael Renato Brondani Moreira
Vera Lucia Dias Siqueira
Katiany Rizzieri Caleffi-Ferracioli
Rosilene Fressatti Cardoso
Regiane Bertin de Lima Scodro

DOI 10.22533/at.ed.41019181210

CAPÍTULO 11 113

RELATO DE CASO: SÍNDROME DE LENNOX-GASTAUT EM ASSOCIAÇÃO À PNEUMONIAS

Igor Gonçalves Sant'Ana
Giulia Alves Sorrentino
Kaio Lucas Pereira Neves Barbosa
Paola Cristina de Oliveira Borba
Hanna Shantala Pontes
Patrícia Reis de Mello Freitas
Kamilla Azevedo Bosi
Kamyla Cristina Del Piero Almeida
Juliano Monteiro de Rezende
Jéssica Moreto Bidóia
Franklin Moro Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.41019181211

CAPÍTULO 12 118

ROTINA DE ATENDIMENTO E CONTENÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE MICROORGANISMOS MULTIRRESISTENTES: EXPERIÊNCIA EXITOSA NO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E INTERNAÇÃO DOMICILIAR - CASCAVEL/PR

Terezinha Aparecida Campos
Vanessa Rossetto
Aline Ferreira Leite Revers
Francieli Wilhelms Rockenbach
Silvana Machiavelli
Sirlei Severino Cezar
Rosimeire Baloneker

DOI 10.22533/at.ed.41019181212

CAPÍTULO 13 124

SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE MULHERES NAS PRISÕES BRASILEIRAS

Ana Celi Silva Torres Nascimento
Vallesca Ihasmim Oliveira Chaves
Marcos Paulo Oliveira Lopes
Aisiane Cedraz Morais
Sinara de Lima Souza
Rosely Cabral de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.41019181213

CAPÍTULO 14 137

SENTIMENTOS DE MÃES COM HIV FRENTE A NÃO AMAMENTAÇÃO

Ellizama Belem de Sousa Mesquita
Natália Maria Freitas e S. Maia
Elliady Belem de Sousa Mesquita
Edson Belem de Sousa Mesquita
Elanea Brito dos Santos
Michelly Gomes da Silva
Marcos Vinicius de Sousa Fonseca
Larissa Bezerra Maciel Pereira
Avilnete Belem de Souza Mesquita
Artur Flamengo dos Santos Oliveira
Carla Adriana Rodrigues de Sousa Brito

DOI 10.22533/at.ed.41019181214

CAPÍTULO 15 151

SÍFILIS CONGÊNITA: OS DESFECHOS DA TRANSMISSÃO VERTICAL E SEU IMPACTO NA SAÚDE MATERNO – INFANTIL

Lara Helen Sales de Sousa
Karla Bruna Sales Cunha Braga
José Edineudo do Lírio Braga
Bruna Caroline Rodrigues Tamboril
Luis Adriano Freitas Oliveira
Pâmela Campêlo Paiva
Lilian Nágila de Moura Timóteo
Lucas Evaldo Marinho da Silva
Rafaela Chemello Pankov
Janaina dos Santos Silva
Maria Andreza Sousa Sales
Kelvia Carneiro Pinheiro Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.41019181215

CAPÍTULO 16 163

SÍNDROME CONGÊNITA POR ZIKA VÍRUS: DIAGNÓSTICO E QUADRO CLÍNICO

Anna Karolyne Pontes de França
Caroline Rodrigues de Carvalho
Larissa Rodrigues Vieira Barbosa
Thays Regina Louzada Cunha Oaks
Daniela Vasconcelos Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.41019181216

CAPÍTULO 17 168

SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA EM IDOSOS NO NORDESTE BRASILEIRO: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA

Dharah Puck Cordeiro Ferreira Bispo

Renata Laíse de Moura Barros
Maria Eduarda Morais Lins
Fabyano Palheta Costa

DOI 10.22533/at.ed.41019181217

CAPÍTULO 18 174

UTILIZAÇÃO DA VACINA HPV POR PACIENTES SOROPOSITIVOS

Geórgia Freitas Rolim Martins
Ana Elisa Menezes Rodrigues
Rodrigo da Silva Albuquerque
Angélica Xavier da Silva
George Bartolomeu Rolim Martins Júnior
Jacqueline de Araújo Gomes
Marília Graziela Guerra Coitinho
Alanna Falcão Pinheiro da Silva
Ághata Monike Paula da Silva Lins
Priscila Cardoso de Santana
Ingrid Ellen Pereira Bastos
Viviane Lemos Gonçalves Leão

DOI 10.22533/at.ed.41019181218

CAPÍTULO 19 181

AVALIAÇÃO MICROBIOLÓGICA DE SUCOS VENDIDOS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ CAMPUS ITAPERI

João Mário Pompeu de Sousa Brasil
Ana Livia de Araújo Pessoa
Beatriz Lima Arnaud
Brenda Fontenele Araújo
Cassia Lopes Guerreiro
Derlange Belizário Diniz
Lizandra da Silva Pinto
Maria Karoline Leite Andrade

DOI 10.22533/at.ed.41019181219

SOBRE O ORGANIZADOR..... 188

ÍNDICE REMISSIVO 189

SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE MULHERES NAS PRISÕES BRASILEIRAS

Ana Celi Silva Torres Nascimento

Enfermeira, Mestranda do Mestrado Profissional em Enfermagem pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)/BA. Bacharel em Enfermagem. Especialista em Enfermagem Neonatal e Obstetrícia. Feira de Santana (BA), Brasil.

Vallesca Ihasmim Oliveira Chaves

Enfermeira, Mestranda do Mestrado Profissional em Enfermagem pela UEFS. Bacharel em Enfermagem. Especialista em Enfermagem em Cardiologia e Hemodinâmica. Feira de Santana (BA), Brasil.

Marcos Paulo Oliveira Lopes

Enfermeiro, Mestrando do Mestrado Profissional em Enfermagem pela UEFS. Bacharel em Enfermagem. Especialista em Saúde Mental – UFS. Feira de Santana (BA), Brasil.

Aisiane Cedraz Morais

Enfermeira, Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Adjunta da UEFS, Departamento de Saúde. Feira de Santana (BA), Brasil.

Sinara de Lima Souza

Enfermeira, Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Titular da UEFS, Departamento de Saúde. Feira de Santana (BA), Brasil.

Rosely Cabral de Carvalho

Enfermeira, Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Titular da UEFS, Departamento de Saúde. Feira de Santana (BA), Brasil.

RESUMO: O principal objetivo do sistema prisional é de viabilizar as condições as pessoas que foram privadas de liberdade, consigam posteriormente conviver socialmente; entretanto, o Sistema Penitenciário brasileiro aponta para uma série de violações no campo de direitos humanos. **Objetivo:** descrever como é vivenciada a saúde sexual e reprodutiva das mulheres privadas de liberdade no contexto prisional brasileiro por meio das publicações nos últimos cinco (5) anos. **Método:** trata-se de estudo bibliográfico, tipo revisão integrativa, realizado nas bases de dados contidas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e na National Library of Medicine (Pubmed) nos meses de março a dezembro de 2018; utilizando os descritores “Prisões”, “Saúde Sexual e Reprodutiva” e “Mulheres” a boleano “and”. **Resultados:** O estudo identificou nove (09) artigos originais publicados que trataram da saúde sexual e reprodutiva das mulheres em prisões. **Conclusão:** A execução dos direitos sexuais e reprodutivos tem sido um desafio para as mulheres encarceradas, sendo necessária a criação de políticas públicas efetivas e a realização de ações preventivas e de promoção à saúde que visem transformar a realidade desta população, a fim de promover autonomia e mudanças de comportamento das mulheres

privadas de liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde sexual; Saúde Reprodutiva; Mulheres; Prisões.

ABSTRACT: The main objective of the prison system is to make conditions that people who have been deprived of their liberty can later socialize with; however, the Brazilian Penitentiary System points to a series of violations in the field of human rights. Objective: To describe how sexual and reproductive health is experienced by women deprived of their liberty in the Brazilian prison context through publications in the last five (5) years. Method: This is a bibliographic study, integrative review type, conducted in the databases contained in the Virtual Health Library (BVS) and the National Library of Medicine (Pubmed) from March to December 2018; using the descriptors “Prisons”, “Sexual and Reproductive Health” and “Women” in Boolean “and”. Results: The study identified nine (09) original published articles that addressed the sexual and reproductive health of women in prisons. Conclusion: The implementation of sexual and reproductive rights has been a challenge for incarcerated women, and it is necessary to create effective public policies and preventive and health promotion actions that aim to transform the reality of this population, in order to promote autonomy. and behavioral changes of women deprived of liberty.

KEYWORDS: Sexual health; Reproductive health; Women; Prisons.

INTRODUÇÃO

O sistema prisional teve sua origem no final do século XVIII e princípio do século XIX, com o objetivo de castigar e punir em público os indivíduos que ameaçavam a Monarquia. A partir disso, houve a criação de uma legislação para definir o poder de punição como uma função para toda a população, surgindo o confinamento nas instituições, fundamentado na privação de liberdade (VALENTE; HADLER; COSTA, 2012).

Segundo Bastos (2019) a origem das prisões femininas está vinculada ao discurso religioso e moral nas formas de aprisionamento feminino, onde foram criados estabelecimentos prisionais destinados para mulheres, e essas prisões eram relacionadas à prostituição, desocupação e embriaguez. Cria-se, então, um sistema onde se buscava a “domesticação” da mulher e a vigilância da sua sexualidade.

O principal objetivo do sistema prisional é de viabilizar as condições para que, ao retornar à liberdade, as pessoas que foram privadas de liberdade, consigam conviver socialmente, tenham acesso a emprego digno e moradia, preservando a dignidade do ser humano. Contudo, atualmente o Sistema Penitenciário brasileiro, aponta para uma série de violações no campo de direitos humanos, onde a prisão não tem conseguido desempenhar essa função de reintegrar a pessoa encarcerada

para a sociedade (SANTOS et al, 2017).

Para Rodrigues et al (2012) a condição atual do Sistema Penitenciário brasileiro é de celas superlotadas e insalubres, alimentação inadequada, não proporcionam adequadamente material de uso individual e coletivo que favoreçam a higiene, não disponibilizam na maioria das vezes trabalho intramuros, gerando o sedentarismo nos presos e o uso excessivo de drogas. Além dos presidiários ficarem expostos às precárias condições de confinamento, existe a dificuldade de acesso das pessoas presas à saúde integral e efetiva, representando assim, um importante problema quando tratada no âmbito da saúde pública (Almeida et al, 2015).

A população prisional é crescente no mundo e nacionalmente, e a feminina vem apresentando um aumento significativo nos últimos anos, onde representa uma média de 7% da população total de pessoas privadas de liberdade (BRASIL, 2014a). Estudo realizado por Bispo et al (2015) vêm identificando que a maioria das mulheres carcerárias são jovens entre 20 a 24 anos, negras, de baixa escolaridade e nível socioeconômico, desempregada, solteira ou separada, com história de prostituição. A maior população feminina encarcerada encontra-se em fase reprodutiva, onde cada vez mais as gestantes e puérperas estão presentes na realidade carcerária brasileira. Tais características resultam na configuração de uma população ativamente vulnerável.

Quanto ao motivo de reclusão, são acusadas na grande maioria das penitenciárias femininas brasileiras por envolvimento ao tráfico de drogas (OLIVEIRA; MIRANDA; COSTA, 2015). Porém, em um estudo realizado no Conjunto Penal Feminino em Salvador-Ba, a grande maioria foi acusada de roubo ou furto, divergindo de outros estudos realizados no Brasil (BISPO et al, 2015).

Independente do delito cometido é garantido pela Lei de Execução Penal (LEP) de 1984, o direito à saúde das pessoas reclusas em penitenciárias, ressaltando ainda a atenção à mulher no período pré-natal e do puerpério, como o direito a visita do cônjuge em dia combinado, acesso ao planejamento familiar e aos métodos contraceptivos e o aprisionamento em unidades prisionais separadas por sexo (BRASIL, 2004; BRASIL, 2009).

Em resposta às grandes problemáticas ainda vivenciadas no Sistema Prisional brasileiro, como o descaso com a saúde destas pessoas, entrou em vigor em 2003 a Portaria Interministerial (Ministério da Justiça e Ministério da Saúde) nº 1.777, que instituiu o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), fundamentado nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). A PNSSP contempla a população carcerária julgada e condenada, em regime fechado ou semiaberto. Na tentativa de minimizar a vulnerabilidade da população carcerária em relação à saúde (BISPO et al, 2015).

No início de 2014, foi lançada a Portaria Interministerial nº 1, que instituiu a

implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), onde o Ministério da Saúde (MS) passou a assegurar a inclusão da população encarcerada no SUS. Esta diretriz estabelece uma atenção à saúde integral resolutive, contínua e de qualidade, com a valorização de ações preventivas, e manutenção dos serviços assistências (ALMEITA et al, 2015; BRASIL, 2014b).

Na instância Federal existe uma Portaria (nº 718) que regulamenta a visita íntima, que deve ocorrer no mínimo duas vezes por mês, porém cada instituição estadual e/ou municipal determinam seus próprios critérios para a liberação da visita íntima, podendo comprometer esse direito humano (BRASIL, 2017). Então, mesmo presente na LEP à garantia do direito da visita íntima, ela pode ser suspensa ou restringida, mediada por ato motivado do diretor do presídio como medida disciplinar de forma a punir por alguma falta cometida pelo presidiário (BRASIL, 2009).

Diante desta problemática vivida por mulheres privadas de liberdade no Brasil, surge a seguinte questão norteadora: Como se configura a experiência da saúde sexual e reprodutiva das mulheres privadas de liberdade no território brasileiro?

O presente estudo teve como objetivo: Descrever como é vivenciada a saúde sexual e reprodutiva das mulheres privadas de liberdade no contexto prisional brasileiro nos últimos cinco (5) anos.

MÉTODO

O presente estudo trata-se de estudo bibliográfico, tipo revisão integrativa sobre a saúde sexual e reprodutiva das mulheres privadas de liberdade nos nas publicações dos últimos cinco (05) anos. Tal método de pesquisa envolve a síntese de estudos já publicados, permitindo construir a análise da literatura científica, abordando ainda, discussões sobre métodos e resultados apresentados pelas publicações (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

O estudo foi dividido em seis (6) etapas. A primeira etapa foi feita a identificação do tema e a seleção da questão da pesquisa para a elaboração da revisão integrativa. Em seguida, consistiu na busca eletrônica nas bases de dados a partir de ferramentas de busca avançada, que permitiram a combinação dos descritores como também a aplicação de alguns limites de busca definidos previamente.

As bases de dados utilizadas foram a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e a National Library of Medicine (Pubmed) nos meses de março a dezembro de 2018. Na segunda etapa foram estabelecidos os critérios de inclusão e exclusão do estudo. Foram incluídos no estudo: artigos de pesquisa originais, artigos completos disponíveis; idioma português, espanhol ou inglês; publicados entre 2013 a 2018, e aqueles que contribuíssem para a temática relativa aos aspectos relacionados

à condição de saúde sexual e reprodutiva de mulheres encarceradas. Os critérios de exclusão foram: revisão integrativa, relatos de experiência, editoriais, relatórios e comentários. Os artigos em duplicata nas bases selecionadas foram delimitados para que não houvesse margem para confundimento no quantitativo de publicações encontradas. Os descritores utilizados foram selecionados mediante consulta ao Medical Subject Headings (MeSH), e ao Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Os descritores utilizados para a busca na base de dados BVS corresponderam a: “Prisões”, “Saúde Sexual e Reprodutiva” e “Mulheres”. Na Pubmed foram utilizados os descritores: “Sexual and Reproductive health”, “Women”, e “Prisons”.

Na terceira etapa foram definidas as informações que seriam extraídas dos estudos selecionados. Na quarta etapa, foi feita a avaliação detalhada dos estudos incluídos na revisão integrativa, sendo equivalente à análise dos dados em uma pesquisa convencional. Na quinta etapa foi à interpretação dos resultados, sendo equivalente a fase de discussão dos principais resultados, realizando comparação com o conhecimento teórico, a identificação de conclusões e implicações resultantes da revisão integrativa. E a sexta e última etapa foi à apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

RESULTADOS

Na realização do cruzamento: “Saúde Sexual” AND “Saúde Reprodutiva” AND “Mulheres” AND “Prisões” obteve-se como resultado: 09 estudos na BVS e 13 na Pubmed.

Após as buscas iniciais, os artigos em duplicata foram excluídos. Na BVS três (03) artigos foram excluídos pelo ano de publicação, um (01) artigo excluído por ser de revisão integrativa, um (01) artigo excluído por ser de relato de experiência, ficando quatro (04) artigos para as etapas seguintes. Na Pubmed, foram encontrados três (03) novos artigos para esta pesquisa, seis (06) excluídos pelo ano de publicação, dois (02) por estar presentes na pesquisa da BVS, um (01) por estar indisponível na íntegra e um (01) por falta de aderência à temática abordada.

Também foi feita a busca direta sem realização de cruzamento utilizando “Saúde sexual e reprodutiva de mulheres privadas de liberdade” obteve-se como resultado: nove (09) artigos, sendo quatro (04) excluídos por repetição e três (03) excluídos pelo ano de publicação e dois (02) novos artigos incluídos no trabalho. A Figura 01 apresenta o fluxograma das etapas desenvolvidas na busca dos artigos.

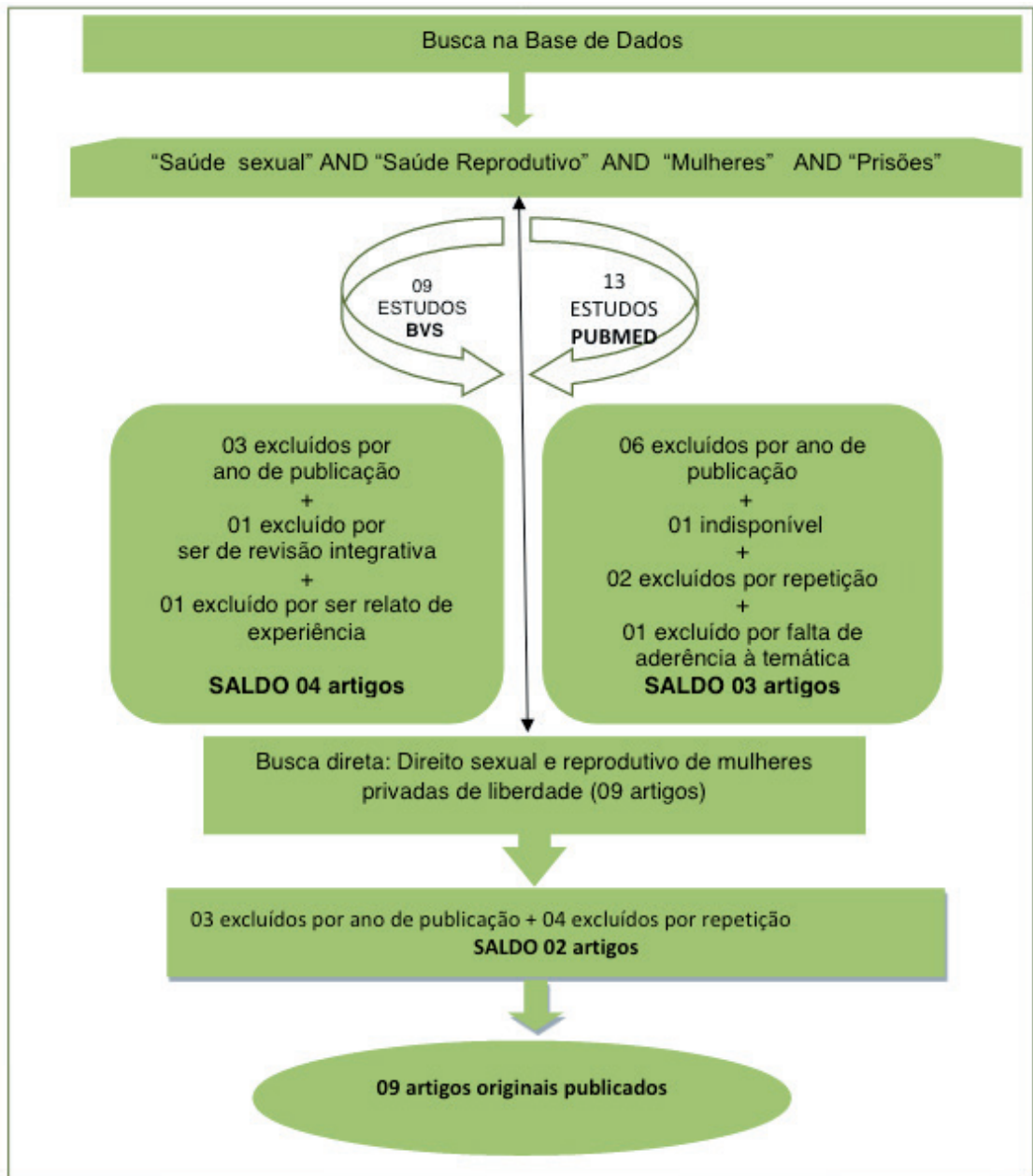


Figura 01. Fluxograma de seleção dos estudos. Feira de Santana (BA), Brasil, 2018.

O estudo identificou nove (09) artigos originais, publicados nos últimos cinco anos, entre 2013 a 2018, que trataram da Saúde Sexual e Reprodutiva das mulheres em prisões.

A Figura 02 apresenta-se a descrição dos artigos selecionados no tocante aos seguintes aspectos: Títulos do artigo; Autores; Ano; Base/Periódico/Ano e Local/ País.

Título	Autor	Ano	Base/Periódico/Ano	País
Perfil Sexual de presidiárias	Barros, M. A. R.; Nascimento, M. L. e; Galiza, D. D. F. de	2017	Revista de Enfermagem UFPE On Line	BRA
Situação socioeconômica e reprodutiva de mulheres presidiárias	Barros, M. A. R.; Cavalcanti, S. D. C.; Galiza, D. D. F. de; Machado, A. L. G.	2016	Revista Fundam. care. online	BRA
Relação dos condicionantes socioeconômicos, sexuais e reprodutivos quanto ao uso de método contraceptivo de presidiárias.	Barros, M. A. R.; Penha, J. C. da; Galiza, D. D. F. de	2016	Revista de Enfermagem UFPE On Line	BRA
Gênero no contexto dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres privadas de liberdade	Costa, L. H. R. ; Alves, J. P.; Fonseca, C. E. P.; Costa, F. M.; Fonseca, F. F.	2016	Enfermeria Global	BRA
Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade	Diwana, V.; Ventura, M.; Simas, L.; Larouzé, B.; Correa, M.	2016	Cien Saude Colet	BRA
Health issues of incarcerated women in the United States/ A questão da saúde nas mulheres encarceradas nos Estados Unidos	Mignon, S.	2016	Ciência & Saúde Coletiva	EUA
The Development of a Brief Jail-Based Cervical Health Promotion Intervention	Ramaswamy, M.; Simmons, R.; Kelly, P. J.	2015	Health Promot Pract.	EUA
Highly Effective Birth Control Use Before and After Women's Incarceration	Ramaswamy, M. ; Chen, H-F; Karen, L. C. ; Clarke, J. G.; Kelly, P. J.	2015	JOURNAL OF WOMEN'S HEALTH	EUA
Factors associated with sterilization use among women leaving a U.S. jail: a mixed methods study	Ramaswamy, M.; Kelly, P. J.	2014	Public Health	EUA

Figura 02. Síntese dos estudos. Feira de Santana (BA), Brasil, 2018.

DISCUSSÃO

A saúde sexual e reprodutiva é uma prioridade na atenção básica, com o objetivo de respeitar esses direitos aos indivíduos através da realização do Planejamento Familiar efetivo e de qualidade, com a disponibilização de informações e o acompanhamento contínuo do indivíduo durante a sua vida sexual e reprodutiva

(BRASIL, 2011). Através da implantação do PNAISP, o MS passou a assegurar a inclusão da população privada de liberdade no SUS, para possibilitar saúde integral e de qualidade, reforçando os direitos fundamentais de todos os seres humanos inerentes à sua cidadania (BARROS; NASCIMENTO; GALIZA, 2017).

Segundo Mignon (2016), as mulheres privadas de liberdade têm necessidades de saúde diferentes dos homens, e as questões reprodutivas das mulheres fazem com que a prestação de cuidado seja mais complexa para as mulheres do que para os homens. Os serviços relacionados à menstruação, gravidez, parto, amamentação e menopausa no sistema prisional é um desafio adicional. E apesar do aumento dramático no número de mulheres encarceradas, suas necessidades de cuidados de saúde específicas de gênero permanecem amplamente negligenciadas.

O ambiente prisional oferece riscos, pois a heterogeneidade dos indivíduos confinados proporciona maior exposição ao risco físico, psicológico e a transmissão de doenças infecciosas. Neste sentido, as características biológicas da mulher as tornam suscetíveis as Infecções Sexualmente Transmissíveis/Vírus da Imunodeficiência Humana (IST/HIV), deixando-as mais vulneráveis que os homens (BARROS; PENHA; GALIZA, 2016). Além disso, os companheiros sexuais apresentam fatores de risco que aumentam a vulnerabilidade das presidiárias.

Ao analisar a idade da primeira relação sexual da mulher privada de liberdade, mostrou-se amplamente precoce, iniciando a vida sexual entre 13-15 anos. O início imaturo da sexualidade significa que as ações de planejamento familiar e promoção da saúde sexual e reprodutiva devem contemplar de forma intensiva desde a adolescência, pois esta fase é marcada por muitas transformações e experiências intrínsecas em relação à história ginecológica e obstétrica dessas jovens (BARROS; NASCIMENTO; GALIZA, 2017). Desta forma, a promoção da saúde o mais cedo possível, irá ajudar a prevenir vários riscos como as IST e a gravidez indesejada, tanto no ambiente prisional quanto após a liberdade destas mulheres (RAMASWAMY; KELLY, 2014; RAMASWAMY et al., 2015).

Em um estudo no estado de Minas Gerais com mulheres privadas de liberdade nos Presídios de Pirapora e Montes Claros, delineiam que a maior parte das mulheres encarceradas realizavam exames de rotina regularmente na instituição prisional, porém, menos da metade delas se preveniam contra as IST/HIV, sendo um dado preocupante visto que esta é uma população vulnerável. Isso pode ser explicado pela falta de orientações a respeito da sexualidade que essas mulheres possuem, onde recebem o mínimo de explicação sobre esta temática, tanto nas consultas individuais quanto nas coletivas em momentos de orientação à saúde (COSTA et al., 2016).

Nos estudos de duas penitenciárias piauienses foram identificados que apenas 59,6% das participantes do estudo afirmaram fazer uso de algum contraceptivo.

Ademais, as mulheres com mais idade apresentaram maiores percentagens em relação ao uso de algum método. Podendo estar relacionados a um maior conhecimento pessoal que geraram a sensibilidade dessas mulheres. Assim, observa-se a importância durante as consultas no sistema prisional, o profissional de saúde destaque a prevenção nas relações sexuais, principalmente do uso do preservativo na prevenção de IST e gravidez indesejada, podendo ajudar na escolha de métodos adequados ao seu comportamento sexual e as suas condições de saúde (BARROS; NASCIMENTO; GALIZA, 2017).

Para Ramaswamy, Simmons e Kelly (2015) um dos principais fatores que interferem na escolha da esterilização como método definitivo pelas mulheres encarceradas são as experiências de relacionamentos interpessoais, práticas negativas aos anticoncepcionais orais e injetáveis, fortes restrições estruturais, como as preocupações financeiras, pressão das mulheres da própria família para limitar a gravidez e o envolvimento contínuo com a justiça criminal. Esta situação pode ser amenizada com a melhoria ao acesso a serviços contraceptivos, através de boa e efetiva educação em serviço.

Outro direito que pessoa privada de liberdade possui é a visita íntima. É um direito constitucional garantido pela LEP (1984), onde informa que a sexualidade é uma dimensão da vida de todas as pessoas, sendo um fator de grande influência na consolidação dos arranjos afetivos das mulheres em situação de cárcere. Esta lei assegura a mulher privada de liberdade o direito receber visita do marido, parentes e amigos pelo menos uma vez por mês (BRASIL, 2014b; COSTA et al., 2016).

Na prisão, o exercício do direito a manter um relacionamento afetivo sexual com o (a) companheiro (a) por meio da visita íntima está atravessado tanto pelas normas sociais e valores morais relativos a as diferenças de gênero no exercício da sexualidade e à reprodução quanto por regulamentos prisionais (DIUANA et al., 2016). Contudo, as mulheres privadas de liberdade encontram diversos empecilhos para o exercício do seu direito à atividade sexual, seja por questões de gênero e/ou por falta espaço físico e de estrutura dos estabelecimentos prisionais, a visita íntima acaba sendo vetada ou é realizada em condições inapropriadas.

Muitas mulheres são abandonadas pelo companheiro, resultante das desigualdades de gênero presentes na sociedade. Além de existir outros fatores que dificultam o acesso a este direito como: a visita do (a) companheiro (a) ao entrar na unidade, as precárias condições dos espaços destinados aos encontros íntimos, limitação da frequência e duração dos encontros, necessidade de comprovação de vínculo conjugal anterior à prisão, exigência de exames médicos para o casal e dificuldades impostas, ou mesmo a proibição, para a visita íntima entre presos (DIUANA et al., 2016).

Outra situação comum, referida por Costa et al (2016), é a proibição de

visita íntima com parceiras do mesmo sexo biológico. Situação estas que muitas vezes são iniciadas dentro da própria prisão, por questões burocráticas, ausência e/ou abandono familiar e carência afetiva. Como esse direito não é assegurado dentro do sistema prisional, a prática é exercida de maneira não regulamentada e desprotegida.

Neste mesmo contexto, Barros et al (2016) relata o fato de muitas mulheres no ambiente prisional, serem solteiras e não terem parceiros estáveis, o que pode aumentar a vulnerabilidade as IST/HIV, a realização de abortos, entre outros, por isso há necessidade de trabalhar educação em saúde, e que haja o enfoque dessa temática envolvendo formas de evitar, prevenir e tratar, e, com isso, favorecer a promoção da saúde.

Pelo PNSSP, o MS assegura para população privada de liberdade no Sistema Único de Saúde a realização de pré-natal, controle do câncer cérvico-uterino e de mama, garantindo assim o que é previsto na Constituição Federal de que a saúde é um direito fundamental de todo e qualquer ser humano e dever do Estado (BRASIL, 2004).

No período gestacional, ocorrem várias alterações fisiológicas, assim as detentas grávidas precisam da realização do pré-natal adequado para garantir a sua saúde e a do bebê durante toda a gravidez. Pois, se a assistência fica comprometida para as mulheres privadas de liberdade, pode aumentar a probabilidade de riscos e desfechos desfavoráveis, por estarem vulneráveis à aquisição de patologias que podem afetar mãe e filho (BARROS; PENHA GALIZA, 2016).

Ao analisar acerca da saúde reprodutiva, uma grande parcela das presidiárias não tiveram acesso ao pré-natal e as que realizaram consultas, participaram de menos de seis (6) consultas, sendo fora dos padrões recomendados pelo MS, o que aumenta as chances dessas mulheres terem complicações, como o aborto (BARROS et al., 2016).

Ao investigar a situação do pré-natal, Diuana et al (2016) expõe que maioria das mulheres não tinha iniciado o acompanhamento pré-natal quando foi presa ou estavam tendo atendimento de forma irregular. Muitas presidiárias relataram dificuldade de acesso, relacionados a fatores relacionados à extrema pobreza, uso abusivo de drogas e envolvimento as práticas ilegais, vínculos afetivos frágeis e a gravidez não desejada.

O ambiente Prisional, também possuem dificuldades de acesso, como falta de profissionais disponíveis para o atendimento fora dos horários de rotina. E a ida ao serviço de saúde extramuros gera situações de intenso sofrimento físico e moral pelo transporte em camburão, algemadas e pela humilhação na chegada à unidade de saúde, onde muitas sentem discriminadas pelo pessoal da saúde e por usuários, que se afastavam demonstrando medo e recriminação (DIUANA et al., 2016) .

Outro fator relevante é a tensão e insegurança quanto ao parto que é intensificado pela certeza de estarem sozinhas nesta hora, já que não há permissão para a família e/ou companheiro estarem presentes, apesar da Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que determina aos serviços de saúde do SUS permitirem a presença de acompanhante junto à parturiente durante todo o período de trabalho de parto e pós-parto imediato (BRASIL, 1990).

CONCLUSÃO

A execução dos direitos sexuais e reprodutivos tem sido um desafio e encontra muitas dificuldades principalmente para as mulheres privadas de liberdade. É necessário um maior planejamento e implementação de ações estratégicas direcionadas a esse grupo. A precocidade da ocorrência da primeira relação sexual, o uso de drogas lícitas e ilícitas, a homo/bissexualidade entre as detentas, desconhecimento sobre as IST/HIV, problemas na garantia do consentimento à visita íntima e dificuldades no acesso ao serviço de ginecologia/ pré-natal e a separação da mãe e do bebê constituem ainda um grande problema, principalmente por não terem seus direitos respeitados.

Assim, mesmo sabendo que a simples existência de leis não representa sua efetivação, o recurso à linguagem jurídica dos direitos permanece estratégico nas lutas pela transformação das situações de vida das mulheres na prisão na medida em que implica em obrigações do Estado na realização de políticas públicas para sua efetivação.

Isso reforça ainda mais a necessidade de medidas preventivas, e de promoção à saúde como ações de educação principalmente relacionadas à saúde sexual e reprodutiva que visem transformar a realidade dessa população vulnerável por parte dos gestores e profissionais de saúde, comprometidos com os princípios da acessibilidade, integralidade, resolubilidade e humanização da assistência à saúde, com o objetivo de gerar mudança de comportamento e a promoção do autocuidado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. C. et al. **Condição de Saúde de Mulheres Privadas de Liberdade**: Uma Revisão Integrativa. Revista Brasileira de Ciências da Saúde [Internet]. v.19, n. 1, p. 73-80, 2015. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rbcs/article/view/23890/15053>>. Acesso em: 2 set. 2019.

BASTOS, P. R. da S. **Criminalidade feminina**: estudo do perfil da população carcerária feminina da Penitenciária Professor Ariosvaldo de Campos Pires – Juiz de Fora (MG)/2009. Rio Grande. Revista Âmbito Jurídico [Internet]. v. 8,Out., 2010. Disponível em:<http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8444>. Acesso em: 2 set. 2019.

BARROS, M. A. R. et al. **Situação socioeconômica e reprodutiva de mulheres presidiárias.** Revista Fundam care online [Internet]. 8(4):4980-4985, Out./Dez., 2016. Available from: <<http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2016.v8i4.4980-4985>>. Acesso em: 2 set. 2019.

BARROS, M. A. R.; PENHA, J. C. da, GALIZA, D. D. F de. **Relação dos condicionantes socioeconômicos, sexuais e reprodutivos quanto ao uso de métodos contraceptivos de presidiárias.** Revista de Enfermagem UFPE On Line [internet]. v. 10, n. 12, p. 4599-605, dez., 2016. Disponível em:< <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/>>. Acesso em: 2 set. 2019.

BARROS, M. A. R.; NASCIMENTO, M. L. E.; GALIZA, D. D. F de. **Perfil Sexual de Presidiárias.** Revista de Enfermagem UFPE On Line [internet]. Recife. v. 11, n. 10, p. 3830-5, Out., 2017. Disponível em:< <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/13382/24304>>. Acesso em: 2 set. 2019.

BISPO, T. C. F. et al. **Saúde sexual e reprodutiva no contexto da prisão** - vivências de presidiárias de Salvador-Ba. Revista Enfermagem Contemporânea [Internet]. v. 4, n. 2, p. 109-120, Jul./Dez., 2015. Disponível em: < <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/747/539>>. Acesso em: 2 set. 2019.

BRASIL. **Lei 8.008**, de 19 de setembro de 1990. Regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em : >http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 2 set. 2019.

BRASIL. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Plano nacional de saúde no sistema penitenciário.** Brasília, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_pnssp.pdf>. Acesso em: 2 set. 2019.

BRASIL. **Lei 11.942**, de 28 de maio de 2009. Dá nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11942-28-maio-2009-588524-publicacaooriginal-113114-pl.html>>. Acesso em: 2 set. 2019.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 1**, de 2 de Janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção Integrada à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF; 2014 b. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html>. Acesso em: 2 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria nº 718**. Regulamenta a visita íntima no interior das penitenciárias federais, 2017. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/ministerio-da-justica-regulamenta-visita-intima-nas-penitenciarias-federais>>. Acesso em: 2 set. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes.** 1. ed., 2. reimpr. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011. 82 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf>. Acesso em: 2 set. 2019.

BRASIL. **Atenção à saúde das pessoas privadas de liberdade.** Políticas públicas e atenção à saúde das pessoas privadas de liberdade [recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 63 p., 2014 a. Disponível em: <<https://unasus.ufsc.br/saudeprisional/files/2018/06/Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-e-Aten%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-Sa%C3%BAde-das-Pessoas-Privadas-de-Liberdade.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2019.

COSTA L. H. R. et al. **Gênero no contexto dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres privadas de liberdade.** Enfermeira Global (Revista eletrônica Trimestral de Enfermagem). v. 43, p. 151-163, Jul. 2016. Disponível em: <http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v15n43/pt_docencia1.pdf>. Acesso em: 2 set. 2019.

DIJANA, V. et al. **Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade.** Ciência & Saúde Coletiva [Internet]. v. 21, n.7, p. 2041-2050, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n7/1413-8123-csc-21-07-2041.pdf>>.

Acesso em: 2 set. 2019.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. **Revisão integrativa**: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto Contexto Enfermagem [Internet]. Florianópolis. v.17, n.4, p. 758-64, Out./Dez., 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2019.

MIGNON, S. **A questão da saúde nas mulheres encarceradas nos Estados Unidos**. Ciência & Saúde Coletiva [Internet]. v. 21, n. 7, p. 2051-2059, 2016. Disponível em:< <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/a-questao-da-saude-nas-mulheres-encarceradas-nos-estados-unidos/15595?id=15595>>. Acesso em: 2 set. 2019.

OLIVEIRA, L. V.; MIRANDA, F. A. N. de, COSTA, G. M. C. **Vivência da maternidade para presidiárias**. Rev. Eletr. Enf [Internet]. v.17, n.2, p. 360-9. Abr./Jun., 2015. Disponível em: < <https://www.fen.ufg.br/revista/v17/n2/pdf/v17n2a20.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2019.

RODRIGUES, V. I. et al. **Gênero e Privação de liberdade: as condições de vida das mulheres na prisão**. Revista de Iniciação Científica da ULBRA [Internet]. v.10, 2012. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1376656056_G%C3%8ANERO%20E%20PRIVA%C3%87%C3%83O%20DE%20LIBERDADE%20AS%20CONDI%C3%87%C3%95ES%20DE%20VIDA%20DAS%20MULHERES%20NA%20PRIS%C3%83O.pdf>. Acesso em: 2 set. 2019.

RAMASWAMY, M.; KELLY, P. J. **Factors associated with sterilization use among women leaving a U.S. jail: a mixed methods study**. Public Health [Internet]. v. 31, n. 14, p. 773, Jul., 2014. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25080032>>. Acesso em: 2 set. 2019.

RAMASWAMY, M. et al. **Highly Effective Birth Control Use Before and After Women's Incarceration**. Journal of women's health [Internet]. v. 24, n. 6, p. 530-539, Jun. 2015. Disponível em:< <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4490746/pdf/jwh.2014.4942.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2019.

RAMASWAMY, M.; SIMMONS, R., KELLY, P. J. **The Development of a Brief Jail-Based Cervical Health Promotion Intervention**. Health Promot Pract [Internet] . v. 16, n. 3, p: 432–442, May., 2015. Disponível em:< <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4306642/pdf/nihms656129.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2019.

SANTOS, M. V. et al. **Saúde mental de mulheres encarceradas em um presídio do estado do Rio de Janeiro**. Texto Contexto Enferm [Internet]. v. 26, n. 2, 2017. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n7/1413-8123-csc-21-07-2041.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2019.

VALENTE, D. L.; HADLER, O. H.; COSTA, L. B. **Por uma clínica cartográfica: a experiência da maternidade em mulheres em privação de liberdade**. Revista de Psicologia da IMED [Internet]. v. 4, n. 2, p. 681-691, 2012 . Disponível em: < <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/162>>. Acesso em: 2 set. 2019.

SOBRE O ORGANIZADOR

BENEDITO RODRIGUES DA SILVA NETO - Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2005), com especialização na modalidade médica em Análises Clínicas e Microbiologia (Universidade Candido Mendes - RJ). Em 2006 se especializou em Educação no Instituto Araguaia de Pós graduação Pesquisa e Extensão. Obteve seu Mestrado em Biologia Celular e Molecular pelo Instituto de Ciências Biológicas (2009) e o Doutorado em Medicina Tropical e Saúde Pública pelo Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (2013) da Universidade Federal de Goiás. Pós-Doutorado em Genética Molecular com concentração em Proteômica e Bioinformática (2014). O segundo Pós doutoramento foi realizado pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Aplicadas a Produtos para a Saúde da Universidade Estadual de Goiás (2015), trabalhando com o projeto Análise Global da Genômica Funcional do Fungo *Trichoderma Harzianum* e período de aperfeiçoamento no Institute of Transfusion Medicine at the Hospital Universitätsklinikum Essen, Germany. Seu terceiro Pós-Doutorado foi concluído em 2018 na linha de bioinformática aplicada à descoberta de novos agentes antifúngicos para fungos patogênicos de interesse médico. Palestrante internacional com experiência nas áreas de Genética e Biologia Molecular aplicada à Microbiologia, atuando principalmente com os seguintes temas: Micologia Médica, Biotecnologia, Bioinformática Estrutural e Funcional, Proteômica, Bioquímica, interação Patógeno-Hospedeiro. Sócio fundador da Sociedade Brasileira de Ciências aplicadas à Saúde (SBCSaúde) onde exerce o cargo de Diretor Executivo, e idealizador do projeto “Congresso Nacional Multidisciplinar da Saúde” (CoNMSaúde) realizado anualmente, desde 2016, no centro-oeste do país. Atua como Pesquisador consultor da Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG. Atuou como Professor Doutor de Tutoria e Habilidades Profissionais da Faculdade de Medicina Alfredo Nasser (FAMED-UNIFAN); Microbiologia, Biotecnologia, Fisiologia Humana, Biologia Celular, Biologia Molecular, Micologia e Bacteriologia nos cursos de Biomedicina, Fisioterapia e Enfermagem na Sociedade Goiana de Educação e Cultura (Faculdade Padrão). Professor substituto de Microbiologia/Micologia junto ao Departamento de Microbiologia, Parasitologia, Imunologia e Patologia do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP) da Universidade Federal de Goiás. Coordenador do curso de Especialização em Medicina Genômica e Coordenador do curso de Biotecnologia e Inovações em Saúde no Instituto Nacional de Cursos. Atualmente o autor tem se dedicado à medicina tropical desenvolvendo estudos na área da micologia médica com publicações relevantes em periódicos nacionais e internacionais. Contato: dr.neto@ufg.br ou neto@doctor.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

AIDS 4, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 64, 70, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180
Aleitamento Materno 39, 41, 137, 138, 141, 142, 143, 145, 147, 148, 150
Antibacterianos 119
Atendimento Especializado 1, 2, 3

C

Coinfecção 86, 89, 175
Coliformes 181, 182, 183, 184, 185, 186
Costumes 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 32
Cultura de sangue 102

D

Deficiência nutricional 80, 81
Diagnóstico 1, 3, 7, 15, 22, 23, 36, 50, 52, 59, 66, 82, 98, 101, 103, 112, 116, 142, 146, 148, 155, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 176
Doenças Oportunistas 44, 45, 46, 47, 169, 176

E

Ensino-Aprendizagem 81
Enteroparasitos 80, 81
Enteropatias Parasitárias 25
Epidemiologia 23, 25, 33, 34, 50, 59, 61, 92, 94, 95, 97, 157, 168, 170, 172, 173
Epilepsia infantil 113

F

Fatores da transmissão vertical do HIV 37
Fatores de risco 25, 66, 82, 116, 131, 160, 176, 177, 179

H

Hepatite C 1, 2, 3, 4, 45
Hepatite E 50, 153
Hepatites Virais 1, 2, 3, 4, 149, 178
HIV 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 58, 62, 64, 70, 71, 73, 75, 131, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180
HPV 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180

I

Idoso 44, 48, 61, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Incidência 5, 8, 16, 18, 20, 21, 22, 26, 93, 97, 112, 114, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 166, 168, 171, 172, 175, 176, 180

M

Micoses superficiais 16, 17, 18, 21, 23

Microbiologia 12, 111, 112, 151, 181, 183, 187, 188

Microcefalia 163, 164, 165, 166

Mulheres 37, 38, 40, 41, 58, 60, 62, 64, 69, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 158, 159, 160, 169, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180

P

Pneumonia de repetição 113, 116

Prevenção da transmissão vertical do HIV 37

Prevenção e controle 7, 8, 10, 14, 69, 120, 123

Prisões 124, 125, 128, 129

Protocolos 7, 13, 119, 147

S

Sarampo 92, 93, 94, 98, 99, 100

Saúde Reprodutiva 125, 128, 133, 157, 161, 176

Saúde sexual 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 168, 171, 172

Sentimentos 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 160

Sepse 101, 102, 103, 106, 108, 112, 116

Serviços de Assistência Domiciliar 119

Sexualidade 125, 131, 132, 160, 168, 169, 170, 171, 173

Sífilis congênita 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162

Síndrome congênita 163, 164, 165, 166

Síndrome da Hipoventilação do Obeso 113

Síndrome da Imunodeficiência Adquirida 37, 38, 48, 140, 168, 169, 170, 175

Síndrome de Lennox-Gastaut 113, 114, 115

Sucos 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187

T

Terapia Antirretroviral 43, 44, 46, 48, 49, 149

Teste de sensibilidade aos antimicrobianos 102, 108

Transmissão 11, 25, 26, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 50, 52, 54, 56, 57, 59, 60, 62, 66, 68, 85, 93, 97, 115, 131, 139, 141, 142, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 172, 178, 182, 185

transmissão vertical de doença infecciosa 152, 155

Transmissão vertical do HIV 37, 38

V

Vacinação 66, 68, 93, 98, 99, 174, 175, 176, 177, 180

Z

Zika 163, 164, 165, 166, 167

